



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

UM RELATO SOBRE O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE TURMAS MULTISSERIADAS NA ESCOLA DO CAMPO

GUILHERME SILVA ALMEIDA¹

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA/UESB

RESUMO

O presente trabalho, desenvolvido em formato de Relato de Experiência, aborda o processo de alfabetização em turmas multisseriadas de escolas do campo, com base na vivência adquirida durante a participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). A pesquisa fundamenta-se na legislação educacional vigente, na teoria dos níveis de alfabetização de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1986) e em observações práticas realizadas em uma escola localizada na zona rural de Itapetinga-BA. A metodologia adotada incluiu observação participante, estudo de caso e estudo de campo, possibilitando a coleta de dados in loco sobre a realidade escolar e as especificidades da docência no contexto rural. A turma analisada, composta por estudantes da Educação Infantil e dos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, apresentou níveis variados de desenvolvimento da escrita, evidenciando desafios relacionados à infraestrutura, à formação docente e ao acesso limitado a recursos. As ações desenvolvidas priorizaram o planejamento de aulas, a aplicação de sequências didáticas e o uso de recursos diversificados, visando o fortalecimento da alfabetização e do letramento. Conclui-se que a experiência contribuiu para o aprimoramento das práticas pedagógicas e reafirmou a importância da formação docente contextualizada para a realidade das escolas do campo.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. Escola do Campo. PIBID.

INTRODUÇÃO

O processo de alfabetização é essencial para a formação e desenvolvimento de todo e qualquer indivíduo; já que é nessa etapa onde se adquire e aprimora as habilidades básicas, tanto cognitivas, quanto motoras. Uma vez que alguns dos papéis primordiais do professor em sala é contribuir para o desenvolvimento dessas habilidades e de um ser (o aluno) que possui opinião própria e o crescimento do senso crítico.

Este estudo, com formato de Relato de Experiência, tem por objetivo discutir sobre como é efetuado o processo de alfabetização em alunos integrantes de turmas multisseriadas, em escolas do campo, com base em experiências adquiridas durante a atuação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

O campo da alfabetização de crianças apresenta-se como um dos maiores problemas do ramo educacional brasileiro. Visto que, os índices de escolaridade estão cada vez mais baixos, principalmente em turmas constituídas por alunos residentes de zonas rurais (Sá e Pessoa, 2015).

¹ Graduando em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Extensionista do projeto: Trilhas do Saber, Explorando o Universo das Ciências (UESB). Email: gسالmeidaacademico@gmail.com.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Nas escolas do campo são predominantes as turmas multisseriadas devido à baixa quantidade de alunos de zonas rurais matriculados, mesmo assim essas escolas são de extrema importância; apesar de, para Martins e Moraes (2021, p. 123), teoricamente, as classes multisseriadas apresentarem desvantagens como a divisão da atenção do professor responsável pela sala voltada para a variedade de temáticas a serem trabalhadas ou a dificuldade de seguir planejamentos organizados pelas secretarias e os professores da área urbana devido a sua dissemelhança, mas é necessária a sua existência para os(as) alunos(as) das áreas rurais.

Em virtude dos alunos que possuem dificuldade de acesso à educação básica e da falta de disposição e disponibilidade de profissionais para realizar trabalhos com essa modalidade de ensino, seja por opção ou por falta de formação e preparação para atuar neste campo, como apontam Santos e Lima (2020, p. 2), a formação de docentes atuantes nas escolas do campo deve ser voltada, de forma mais específica, para as características desse ambiente escolar, com vistas à melhoria da oferta, bem como maior rendimento escolar.

Por conseguinte, o trabalho também objetiva explicar a experiência adquirida em relação à alfabetização e o letramento durante o processo de atuação no PIBID, em uma turma multisseriada na Escola Municipal Antônio Clarindo. Tendo como objetivos específicos a discussão sobre a legislação contida na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que regulamenta a alfabetização; discutir acerca da teoria dos níveis de alfabetização fundamentada por Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1986); e por fim apresentar os dados obtidos através do período de atuação prática na escola.

LEGISLAÇÃO PERANTE A ALFABETIZAÇÃO

Muito se fala sobre alfabetização e letramento e as dificuldades encontradas em ambos os campos tão interligados, onde juntos expressam a ideia da palavra tanto escrita quanto falada. Com isso, sabe-se que é de extrema importância para o desenvolvimento do aluno trabalhar de forma contínua a leitura e a escrita, pois são ativas no dia a dia de cada indivíduo falante, cada um com suas especificidades. Um conceito básico para a alfabetização é de que ela é um processo que leva a aprendizagem inicial da leitura e escrita. Ou seja, alfabetizada é aquela pessoa que domina habilidades básicas para fazer uso da leitura e escrita (Martins; Spechela, 2012). O momento crucial de toda a sequência da vida escolar é o momento da alfabetização (Lemle, 2009), é sabido que apesar de toda a importância que esse processo de alfabetizar e ser alfabetizado carrega, não nos é apresentado em seu todo uma satisfação, uma vez que os índices da formação de alunos alfabetizados funcionais pelas escolas iniciais tem crescido



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

constantemente. Com isso, compreende-se melhor sobre esse importante tópico no seguinte decreto:

O Decreto nº 6.094, de 24/4/2007, decreta, no inciso II do art. 2º, o dever de “alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico”. E no inciso III do mesmo artigo “acompanhar cada aluno da rede individualmente, mediante registro da sua frequência e do seu desempenho em avaliações, que devem ser realizadas periodicamente”. (Brasil, 2007).

A considerada idade certa para se alfabetizar uma criança para muitos pesquisadores de entre seis a oito anos, apesar dessa afirmação não ser aplicada em todas as realidades existentes. Em 2012 foi fundado o Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), pacto esse selado entre o Ministério da Educação, Distrito Federal e as secretarias de educação dos Estados e Municípios. Instituído na portaria MEC Nº 867, de 4 de julho de 2012 com seus objetivos destacados no artigo 5º:

I - garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental; II - reduzir a distorção idade-série na Educação Básica; III - melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). (Brasil, 2012).

Muito é visto e falado sobre leis e decretos no que tange a educação no Brasil, porém é necessário que sejam revisadas e coordenadas para sua devida aplicação, pois são encontradas dificuldades para o acesso e a execução dos direitos que tais leis oferecem principalmente aos alunos das áreas rurais que possuem baixos indicativos de rendimento escolar, como justificado por Hofstatter e Kolesny (2019), talvez pela:

formação inicial dos professores, bem como os contratos temporários de trabalho de muitos docentes da escola do campo e, ainda, a realidade agrária brasileira, onde se apresenta um quadro de extrema concentração de terra e presença do agronegócio, juntamente com a insatisfatória política pública voltada para o meio camponês (p. 1).

É um constante desafio para os profissionais que atuam em salas de aula multisseriadas presentes nas escolas do campo, elaborar atividades para trabalhar com os alunos devido a variação de idade e série de cada um deles, devendo ser levado em consideração cada um desses fatores exigindo um cuidado maior na garantia de uma justa elaboração de planejamentos de aula, para que eles sejam seguidos e que os alunos possam absorver os conteúdos e apresentarem um melhor desempenho, assim como o Parágrafo único da RESOLUÇÃO N. 126/03-CEE/MT justifica:

A caracterização da educação do campo indica o desafio da construção da escola democrática e popular, fortemente ancorada na teoria e prática. Uma escola que trabalhe e assuma de fato a identidade do campo, não só como forma cultural diferenciada mas, primordialmente, como ajuda efetiva no contexto específico de um novo projeto de desenvolvimento do campo (Mato Grosso, 2003).

reforçando que esse é um trabalho exigente da ligação direta entre teoria e prática na sala de aula, mediante seus processos e contextos de desenvolvimento.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

A EXPERIÊNCIA VIVENCIADA

Segundo Mussi, Flores e Almeida (2021)

Ao considerar o RE como expressão escrita de vivências, capaz de contribuir na produção de conhecimentos das mais variadas temáticas, é reconhecida a importância de discussão sobre o conhecimento. O conhecimento humano está interligado ao saber escolarizado e aprendizagens advindas das experiências socioculturais. O seu registro por meio da escrita é uma relevante possibilidade para que a sociedade acesse e compreenda questões acerca de vários assuntos [...] (Mussi *et. all.*, 2021).

O presente Relato de Experiência, conforme já descrito, tem como objetivo descrever a atuação de iniciação à docência na Escola Municipal Antônio Clarindo, prestando na categoria presencial, localizada na zona rural do município de Itapetinga seguindo a BA-670. O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), fundado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no ano de 2007, oferta aos estudantes das licenciaturas de Nível Superior uma oportunidade de ter um contato direto com sala de aula nas escolas públicas da educação básica, a importante experiência com a docência e desenvolvimento de metodologias para o desempenho do ensino-aprendizagem.

Os bolsistas do Programa (PIBID) se reuniam uma vez por semana para juntamente à professora supervisora planejarem aulas, escolherem modalidades de ensino, como as sequências didáticas e discutirem em conjunto o desenvolvimento das atividades do programa em sala. O dia de ir às escolas (tanto do campo, quanto das áreas urbanas) era escolhido pelas duplas para irem uma vez por semana, assim como nas reuniões. Os planejamentos de aulas e os relatórios deveriam estar sempre atualizados na pasta compartilhada do PIBID no Google Drive para o acompanhamento dos superiores do programa.

A metodologia utilizada na aplicação do PIBID foi a observação participante, e o estudo de caso e campo. Segundo os conceitos de Correia (1999) a Observação Participante é realizada em contato direto, frequente e prolongado do investigador, com os atores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa. Foi aplicada essa metodologia de forma direta, onde houve observações junto de participações na turma a fim de compreender da melhor forma possível o processo de atuação.

Para Yin (2001) o estudo de caso é apenas uma das muitas maneiras de se fazer pesquisa em ciências sociais, contando com observações diretas e investigações um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real. Onde foi possível realizar um estudo em relação ao tema da alfabetização de maneira profunda dos objetos para obtenção de um grande leque de informações, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados (Gil, 2002). No estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo. (Gil, 2002, p. 53). A partir desta, foi possível obter de forma presencial a experiência do contato direto com o tema trabalhado, coletando assim pessoalmente os dados e informações obtidas para a própria pesquisa.

A escola conta com 20 (vinte) alunos matriculados em uma turma multisseriada composta por: Pré-I (06 alunos), Pré-II (05 alunos), Primeiro ano do Ensino Fundamental I (04 alunos) e Segundo ano do Ensino Fundamental I (05 alunos). Entretanto, durante a regência 08 (oito) alunos foram transferidos e apenas 12 (doze) ficaram para a conclusão do ano letivo, dentre os 12 (doze) apenas 04 (quatro) se classificam nos níveis de escrita, 01 (um) no nível silábico, 02 (dois) no nível silábico-alfabético e apenas 01 (um) no nível alfabético. A escola possui em sua estrutura física, duas salas de aula, uma cozinha, uma sala de depósito, um pátio central, uma horta e uma sala de apoio. Seu quadro de funcionários é composto por duas professoras, uma diretora, uma coordenadora e uma funcionária de apoio. O acesso à escola é precário, uma vez que o ônibus do município faz apenas uma viagem engessando os horários tanto de ida quanto de retorno.

Nas primeiras aulas, foi realizada uma observação para compreender melhor como funciona o processo da docência de maneira prática. Foi compreendido que as crianças estudantes nas escolas do campo geralmente apresentam situações desabastecidas em suas casas. Além disso, na maioria das vezes, não possuem acesso às tecnologias como celular, computador, e até mesmo televisão. Entretanto, mesmo sem o uso desses elementos não são impedidos de se divertirem e terem uma boa infância, além de desfrutar de diversas brincadeiras que grande parte das crianças residentes em áreas urbanas não praticam mais, pois estão praticamente inseridas na era do mundo digital.

Em seguida, foram feitas participações ativas nas aulas da professora regente da turma para, em outro momento, aplicarmos a teoria dos planejamentos anteriores, na regência da turma, sob a supervisão da professora. Com isso, o restante das aulas seguia o roteiro inicial, nele era descrito que ao chegar na escola, os alunos eram reunidos para fazer uma oração para iniciar o dia, em seguida foi realizada uma leitura conjunta para reforçá-la, assim como a interpretação das próprias das histórias e por fim, demos início a aula planejada.

Durante todo o tempo operante no programa foram realizadas diversas atividades individuais, sequências didáticas, sempre buscando a melhor forma para o aprendizado dos alunos. Todas as aulas eram planejadas pelos próprios bolsistas do PIBID, onde várias delas



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

utilizavam de recursos como atividades impressas, livros, histórias em formato de vídeo, todas sempre com o intuito direcionado à alfabetização dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobretudo, conclui-se que a pesquisa teve seu valor e contribuições significativas de uma grande experiência. Foi possível adquirir e desenvolver diversas lições referente à docência, especialmente tratando-se de educação do campo, alfabetização e multisseriação de turmas que são parte de temas tão relevantes e pertinentes. Alfabetizar é uma arte constante, independente do século, idade, dificuldade ou desvalor, é um saber eterno que deve se internalizar em cada ser como parte de sua vida e impulsionar para a melhoria e desenvolvimento do desempenho de uma tarefa tão nobre que é a de um professor alfabetizador.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 24 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n. 6.094, de 25 de abril de 2007.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas e Compromisso de todos pela Educação, 2007. Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 30 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012.** Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Diário Oficial da União, Brasília, 5 jul. 2012. Seção 1, p. 22.

BRASIL. **RESOLUÇÃO N. 126/03-CEE/MT.** Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso. Cuiabá, MT, 2003. Disponível em: <https://www3.seduc.mt.gov.br/educacao-do-campo-e-quilombola/biblioteca-virtual/legislacoes/legislacao-da-educacao-do-campo>. Acesso em: 30 jan. 2024.

CORREIA, M. C. **A Observação Participante enquanto técnica de investigação.** Pensar Enfermagem, 13(2), p. 30-36, 1999.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da linguagem escrita.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

HOFSTÄTTER, Marília da Rocha; KOLESNY, Ângela Maria. **DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DAS SÉRIES INICIAIS.** Rio grande do Sul, Eixo 9: Alfabetização e letramento nos anos iniciais, Capes, 2019. 11 p.

LEMLE, Miriam. **Guia teórico do alfabetizador.** 17. ed. São Paulo: Ática, 2009. 71 p.

MARTINS, Denise Pereira; MORAIS, Leandro. **Educação do campo: salas multisseriadas e as dificuldades que elas apresentam para o(a) professor(a).** Licenciaturas & Pesquisa UNIANDRADE, ano 2021, v. 1, n. 1. Disponível em:
<https://revista.uniandrade.br/index.php/revistalicenciaturasepesquisa/article/view/2118>.

MARTINS, Edson; SPECHELA, Luana Cristine. **A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO NA ALFABETIZAÇÃO.** Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET, julho de 2012, ISSN 2175-1773.

MUSSI, R. F. de F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i48.9010. Disponível em:
<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010>. Acesso em: 16 abr. 2024.

SÁ, Carolina Figueiredo de; PESSOA, Ana Cláudia Rodrigues Gonçalves. **Práticas de alfabetização em turmas multisseriadas: Estratégias docentes para lidar com a heterogeneidade de aprendizagens.** 37ª Reunião Nacional da ANPED, Florianópolis, 4 out. 2015. Disponível em:
<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT10-4458.pdf>

SANTOS, Oséildo Florêncio Dos; LIMA, Alexsandro da Silva. A formação docente para professores do campo: perspectivas e reflexões para uma aprendizagem significativa. **Anais VII CONEDU - Edição Online...** Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em:
<<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/67634>>.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.